

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVIII nº 740
23 de janeiro a 5 de fevereiro de 2017



FERIADOS NACIONAIS

DIAS PARADOS PODEM GERAR PERDA
DE ATÉ R\$ 67 BILHÕES PARA A INDÚSTRIA



Sistema FIRJAN | www.firjan.com.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

SENAI CAMPOS E NOVA FRIBURGO RECEBEM UNIDADES DO FABLAB

A rede de FabLab chegou aos municípios de Nova Friburgo e Campos. Pensado para fomentar a inovação em ambientes de fabricação digital, o laboratório é principalmente voltado para a prototipagem. Outros dois serão abertos no SENAI Niterói e Resende ainda no primeiro trimestre desse ano.

No espaço, conectado a outros laboratórios da rede,

os alunos terão acesso a tecnologias e equipamentos de ponta, e poderão trocar experiências com pesquisadores do mundo todo para executar projetos de maneira colaborativa. A proposta é concretizar suas ideias e trazer soluções para problemas reais da indústria.

As inaugurações dos FabLabs em Campos e Nova Friburgo aconteceram em dezembro.



Ricardo Funari

NOVA PLATAFORMA DE COBRANÇA DA FEBRABAN COMEÇARÁ A OPERAR EM 2017

Com objetivo de oferecer mais segurança e agilidade aos pagamentos, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) apresenta uma nova plataforma de cobrança. Com ela, uma base de dados validará as informações dos boletos a fim de evitar fraudes. Para isso, as empresas deverão registrar os boletos junto ao banco de preferência, informando data de vencimento, valor, nome e CPF do pagante.

Walter Tadeu Pinto, diretor adjunto de Operações da Febraban, explica que, ao ser informado da emissão do boleto, o banco emissor certificará sua validade. “O projeto atende a uma recomendação do Banco Central de que toda operação de cobrança seja plenamente rastreável”, pontua. A plataforma já está desenvolvida, mas será implantada ao longo do ano. A primeira fase está prevista para 13 de março, contemplando boletos de valores superiores a R\$ 50 mil.

GOVERNO FEDERAL CRIA NOVO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

O governo federal criou, por meio da Medida Provisória (MP) nº 766/2017, o Programa de Regularização Tributária (PRT). A iniciativa é uma espécie de Refis, e permite às empresas parcelarem e quitarem dívidas de naturezas tributária e não tributária com a Receita Federal (RFB) e Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN).

A MP traz seis formas de parcelamento de dívidas, possibilitando o pagamento em até 120 vezes. As empresas poderão abater até 80% das

dívidas com prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL, desde que sejam detentoras, controladas ou controladoras de empresas que possuam estes tipos de créditos.

Outra negociação permitida às grandes empresas é o parcelamento da entrada em até 24 meses. Para as demais, será possível pagar à vista 20% do valor devido, e parcelar o restante em até 96 vezes. O PRT também estabelece que, para as dívidas inferiores a R\$ 15 milhões não será obrigatório apresentar garantia. Mas para negociações acima

deste valor, as empresas deverão apresentar uma carta de fiança ou seguro garantia judicial.

“O PRT oportuniza o pagamento de débitos, no entanto não traz qualquer tipo de desconto para aqueles que aderirem”, alertou Priscila Sakalem, coordenadora Jurídica Tributária e Fiscal do Sistema FIRJAN.

O prazo para adesão ao programa é de 120 dias a partir da data de regulamentação. A MP nº 766/2017 foi publicada em 5 de janeiro, no Diário Oficial da União.

PANORAMA E PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS EM PAUTA

O estado do Rio tem forte potencial para aumentar a produção de leite. Atualmente, o consumo da bebida é de 2,5 bilhões de litros por ano, mas a região produz apenas 500 milhões.

Os dados fazem parte de um diagnóstico que está sendo produzido pelo Sistema FIRJAN sobre o setor no estado do Rio, e será lançado no primeiro semestre desse ano.

Para Antonio Carlos Cordeiro, presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio de Janeiro (Sindlat), a disparidade entre produção e consumo prejudica a competitividade do setor: "Precisamos estudar formas de aumentar a produção e diversificar a oferta de produtos".

O tema foi debatido em seminário promovido pelo Sindlat, em dezembro, na sede do Sistema FIRJAN.

EMPRESÁRIOS JÁ UTILIZAM BENEFÍCIOS ESTENDIDOS DO SISTEMA FIRJAN

A extensão dos benefícios do Programa de Convênios do Sistema FIRJAN já está trazendo vantagens para os empresários do estado do Rio. As novas parcerias oferecem descontos na aquisição de produtos e serviços de diversos setores.

Paulo Marques, diretor e proprietário da Padaria Madrigal, já usou o benefício para a aquisição de dois utilitários da Chevrolet, parceira do programa. Segundo ele, a compra dos veículos não seria possível sem os descontos oferecidos pelo convênio.

"Pequenas empresas têm grandes dificuldades quando passam por períodos de recessão. Parcerias como essa são importantíssimas para enfrentar a crise", destaca o empresário. A Madrigal conseguiu desconto de R\$ 14 mil em cada veículo.

Luis Arruda, gerente de Associativismo da Federação, explica que a iniciativa estimula a competitividade e fomenta a realização de negócios entre associados.

"Uma das nossas missões é defender os interesses da indústria e ajudá-la a potencializar seus negócios. Por isso, o programa é focado em trazer benefícios

e fortalecer a representatividade da cadeia produtiva", acrescenta.

Para saber mais sobre o programa de benefícios acesse www.firjan.com.br/convencios.



Divulgação/Padaria Madrigal

Paulo Marques, da Padaria Madrigal, e um dos utilitários adquiridos pelo Programa de Convênios da FIRJAN

FIRJAN E CSN LANÇAM DESAFIO PARA EMPRESAS FLUMINENSES

Pequenas empresas, startups, universidades e institutos de pesquisa têm até 8 de fevereiro para se inscreverem no Desafio CSN. A iniciativa integra o Projeto Impulsiona, criado para desenvolver soluções para problemas reais de grandes empresas. O desafio proposto pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) é na área de geração de coprodutos siderúrgicos em metalurgia do

aço. "É uma ação que fortalece o processo de inovação que defendemos", pontua Nilza Cristina Zwirman, gerente de Especificações de Produtos da CSN.

As propostas apresentadas serão avaliadas pela CSN e pela FIRJAN. O resultado será divulgado em março. Mais informações pelo e-mail inovacao@firjan.com.br.

CARGA TRIBUTÁRIA PAGA PELA INDÚSTRIA BRASILEIRA É A MAIS ALTA ENTRE OS SETORES ECONÔMICOS DO PAÍS

A carga tributária que incide sobre o setor industrial tem impactos perversos para seu desenvolvimento no mercado nacional, representando também um entrave para a competitividade no comércio global. Essa percepção, compartilhada entre empresários, encontra fundamento ao se observar o montante em impostos pago pela indústria, que representa quase metade de seu Produto Interno Bruto (PIB).

Ao contrário do que acontece nos principais países desenvolvidos, que buscam desonerar a atividade produtiva, no Brasil a indústria paga mais impostos do que todos os demais segmentos da economia. A carga tributária para os industriais é superior à média dos setores e duas vezes maior do que a de Serviços.

Para o empresário Sergei da Cunha Lima, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Sul Fluminense (Singrasul), essa composição se reflete na perda de competitividade para a exportação de produtos industrializados. Como efeito, o país é um eterno exportador de *commodities*, em vez de comercializar produtos de maior valor agregado.

“O Brasil é um exportador de soja, por exemplo. Mas por que não exportamos o óleo de soja, ou seja, o alimento processado e embalado? Porque a cadeia logo após da extrativa, que é a indústria, está extremamente onerada, e com isso perde capacidade produtiva”, explica Cunha Lima.

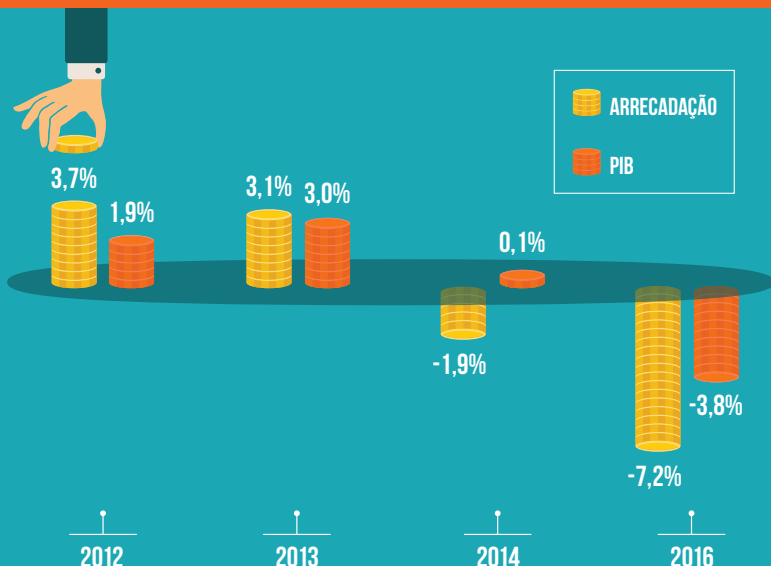
Para o Sistema FIRJAN, o aumento de impostos é nocivo para o país, e

não representa uma solução para reequilibrar as contas públicas. Por isso, propõe o combate a problemas estruturais, o que demanda a implementação de medidas como a Reforma da Previdência e a sanção da PEC 55, que limita o crescimento do gasto público.

Uma das indústrias mais afetadas com os impostos é a de bebidas, cuja tributação está entre as maiores do setor industrial. No estado do Rio, o segmento foi ainda mais penalizado com a aprovação da Lei 7.508. A legislação instituiu o aumento de alíquota do ICMS para produtos como chopp e cerveja, além de combustíveis, telefonia e energia elétrica.

Armando Salgado, presidente do Sindicato da Indústria de Bebidas

ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA vs PIB NACIONAL



Fonte: Elaboração FIRJAN com dados da RFB, Confaz, Caixa Econômica Federal e IBGE.

PESO SOBRE A INDÚSTRIA

A INDÚSTRIA É RESPONSÁVEL POR

17,2%
DO PIB

MAS RESPONDE POR

28,8%
DA ARRECA-
DAÇÃO TOTAL

PARA COMPARAÇÃO:

O SETOR DE SERVIÇOS REPRESENTA 47,4% DO PIB, MAS APENAS 38,5% DA ARRECAÇÃO



em Geral do Município do Rio de Janeiro (Sindbebi), destaca que o volume de impostos engessa as empresas do setor: "A indústria de bebidas já é sobrecarregada de IPI e ICMS. Essa alta tributação tem resultado, nesse momento de retração econômica, em queda nas vendas, pois os produtos ficam mais caros e a população perde poder de compra".

Ciente desses entraves, a FIRJAN também apoia a adoção de um amplo programa de venda de ativos, o ajuste do prazo para pagamento de tributos nos três níveis de governo, e uma regulamentação única para o ICMS.

EFEITO CONTRÁRIO

Segundo o estudo mais recente da FIRJAN sobre a carga tributária na Indústria da Transformação, o aumento de tributos para ajuste das contas públicas não resulta em incremento da arrecadação.

O efeito é justamente o contrário: com baixa capacidade para pagar impostos, as indústrias se veem obrigadas a fechar as portas, deixando de contribuir para o Estado.

Exemplo disso é que, em 2015, apesar do aumento de alíquota de alguns tributos, como PIS/Cofins sobre combustíveis e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL) do setor financeiro, o número de empresas fechadas foi o mais alto dos últimos 16 anos.

Na avaliação do empresário Ronaldo Castilho Thomaz, sócio da ByWer, do segmento Plástico, além do peso da carga tributária, o prazo para pagamento dos tributos é outro problema preponderante para o setor produtivo. De acordo com ele, a indústria é obrigada a pagar impostos com prazos mais curtos do que os que têm para receber pelas vendas.

PROPOSTAS DA FIRJAN PARA REDUZIR A CARGA TRIBUTÁRIA



**REFORMA DA
PREVIDÊNCIA**

**PROGRAMA DE VENDA
DE ATIVOS PÚBLICOS**

**AJUSTE NO PRAZO
DE RECOLHIMENTO
DOS TRIBUTOS**

**NOVO PROGRAMA DE
REFINANCIAMENTO DE
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS
(REFIS)**

**REGULAMENTAÇÃO
ÚNICA PARA O
ICMS**

"Com isso, as empresas vão ficando totalmente descapitalizadas. Muitas vão ao mercado financeiro pegar empréstimo para pagar imposto", pontuou Thomaz.

Ele ressalta que, em decorrência dessa distorção, há perda da capacidade de investimento: "Se não houvesse o descasamento do fluxo de caixa, e com uma carga mais leve, as empresas teriam condição de produzir mais, trazer mais tecnologias e buscar mercados externos. No meu caso, tenho um projeto de expansão da fábrica, de mais de dois mil metros, que está engavetado em função desses problemas".

A perda de competitividade e da capacidade de investir da indústria pode ser observada também pela sua baixa participação nos impostos que incidem sobre o lucro, como o Imposto de Renda sobre Pessoa

Jurídica (IRPJ) e CSSL. A redução da contribuição industrial em comparação com outros setores indica perda da sua margem de lucro, aponta o estudo da FIRJAN.

Guilherme Mercês, gerente de Estudos Econômicos da Federação, explica que esse cenário tem origem na inadequação da estrutura tributária em relação à economia brasileira. "No passado, a indústria era o segmento econômico preponderante, e por isso os impostos foram desenhados para incidir sobre ela. Essa realidade mudou, e a estrutura ficou inadequada. Além disso, vai contra as melhores práticas internacionais, nas quais o setor praticamente não paga tributos", disse.

Para ler a íntegra do estudo "Carga Tributária para a Indústria de Transformação", acesse: www.firjan.com.br/publicacoes.

EXCESSO DE FERIADOS NACIONAIS PREJUDICA PRODUTIVIDADE DO SETOR INDUSTRIAL E PODE GERAR PERDAS DE R\$66,8 BILHÕES

O excesso de feriados é um fator negativo para a produtividade do setor industrial e, por isso, precisa de alternativas eficazes. Este ano, serão nove paralisações nacionais e cinco pontos facultativos, dos quais três já são considerados tradicionalmente como dias não trabalhados: segunda e terça-feira de Carnaval e Corpus Christi. Desse total, cinco cairão terças ou quintas-feiras, o que favorece o 'enforcamento' dos dias úteis. Esse excesso de paralisações pode gerar perdas de R\$66,8 bilhões. Este quadro, em um cenário de endividamento do estado e recessão econômica, e somado aos feriados estaduais e municipais, representa graves entraves à competitividade de diversos setores.

De acordo com Marcelo Oazen, diretor da Plastlab, qualquer mês com mais de duas paralisações, somadas aos sábados e domingos, é menos produtivo, e especialmente para as micro e pequenas empresas podem adicionar um alto custo à produção: "No setor plástico, as indústrias desse porte costumam precisar de 19 dias úteis para equilibrar suas contas. O lucro vem a partir do 21º. Em meses com apenas 22 dias trabalhados, como dezembro, por exemplo, os prejuízos são muito grandes".

Ele defende que é preciso buscar soluções para minimizar o impacto econômico do excesso de feriados na economia. "Não podemos ter mais do que um por mês. Essas paralisações em excesso são um dos piores problemas da indústria nacional", justifica Oazen, que também é vice-presidente do Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Rio de Janeiro (Simperj).



Fabiano Veneza

Oazen explica que indústria plástica também é afetada pelo excesso de feriados

“Não podemos ter mais do que um feriado por mês. Essas paralisações em excesso são um dos piores problemas da indústria nacional”

Marcelo Oazen
Diretor da Plastlab

Renan Feghali, vice-presidente do Conselho Empresarial de Política Social e Trabalhista da FIRJAN, destaca que o alto número de feriados traz perdas significativas para todos os setores da economia. "Esse excesso ocasiona um ciclo vicioso no qual o consumidor perde oferta e a indústria perde demanda, deixando de gerar renda. É um problema para quem vende e para quem compra. O turismo, principal área de interesse dos feriados, é outro setor que perde força por conta da

queda de produção", exemplificou Feghali, que é representante do Sindicato das Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico do Município do Rio de Janeiro (Simme).

A fim de solucionar esse gargalo, o Sistema FIRJAN defende a adoção de medidas que respeitem o direito dos trabalhadores, sem prejudicar os negócios. Uma das sugestões é deslocar os feriados que caírem no meio da semana para segunda ou sexta-feira, a fim de evitar enforcamentos de dias úteis. Outra medida eficiente para meses com mais de um feriado é preservar o número de dias úteis juntando todas as paralisações em uma só.

Para Oazen, as propostas atendem às necessidades das indústrias, principalmente para os setores que funcionam 24 horas, e têm prejuízos ainda maiores. "Algumas máquinas levam de duas a três horas para trabalhar com a peça ajustada. Quando tem um feriado,

é preciso desligar o equipamento, causando danos à produção. Em outros casos é preciso ligar os geradores porque certas máquinas não podem ser desligadas. E os custos com energia elétrica das 5h30 às 8h30, por exemplo, são 11% acima do normal”, exemplifica.

Jonathas Goulart, coordenador de Estudos Econômicos da FIRJAN, explica que os prejuízos não se atêm apenas ao setor produtivo, atingindo também a arrecadação tributária para o governo, que já tem enfrentado graves problemas fiscais e queda de receita nos últimos anos: “Essa perda pode ser estimada em até R\$ 27,6 bilhões este ano. Isso

equivale a R\$ 2,5 bilhões a cada feriado nacional, considerando os tributos federais, estaduais e municipais”.

Segundo Goulart, os principais impactos para a indústria são sentidos na competitividade e eficiência produtiva. Ele alerta que, em um período de recessão econômica muito intensa, é extremamente importante rever a questão dos feriados, seguindo bons exemplos internacionais de países que se encontravam na mesma situação.

Um caso de sucesso, resalta ele, é o de Portugal, que reduziu o

número de paralisações nos últimos anos e é, atualmente, um dos países com menos feriados da Europa.

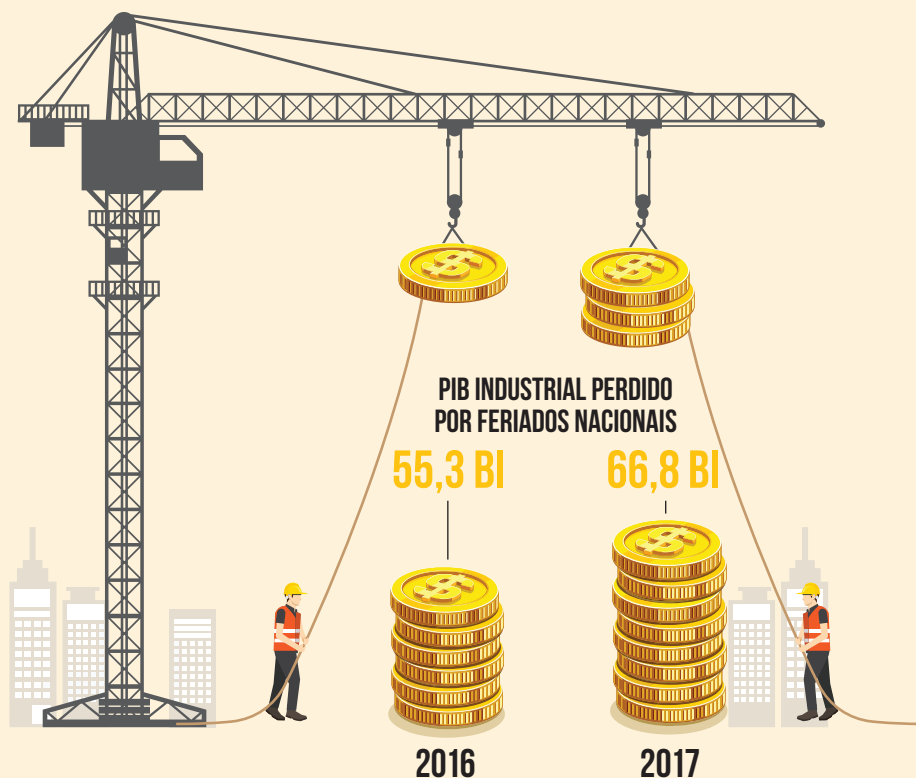
Ainda de acordo com Goulart, ao afetar indústrias de todos os portes e setores, esse cenário demanda uma solução imediata. “As propostas que apresentamos no estudo são as mais justas e benéficas que encontramos para esse impasse. Hoje não existe nada que a indústria possa fazer para compensar seus prejuízos”, alertou.

Acesse a íntegra do estudo “O Custo Econômico dos Feriados Federais para a Indústria” em: www.firjan.com.br/publicacoes.

CUSTO ECONÔMICO DOS FERIADOS NACIONAIS

EM 2017 SERÃO
NOVE
PARALISAÇÕES NACIONAIS E
CINCO
PONTOS FACULTATIVOS

R\$ 27,6
BILHÕES
É O VALOR ESTIMADO EM
PERDA DE ARRECADAÇÃO
TRIBUTÁRIA PARA O GOVERNO
COM OS FERIADOS ESSE ANO



Elaboração: Sistema FIRJAN, com dados do IBGE, Bacen e Diários Oficiais

PPPs E CONCESSÕES PODEM MOVIMENTAR ECONOMIA E GERAR R\$ 41 BILHÕES PARA ESTADO E MUNICÍPIOS FLUMINENSES

Um dos caminhos em direção à retomada do crescimento está no aumento da participação do setor privado na economia. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões são dois mecanismos que podem contribuir para isso, conforme apontado no Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025.

Um estudo feito pelo Sistema FIRJAN aponta que há oportunidades para esse tipo de contratação em 126 projetos, tanto no estado quanto em municípios fluminenses, podendo ser licitados em até um ano. O potencial de geração de negócios é de mais de R\$ 41 bilhões. Atualmente, há apenas nove PPPs ativas em território fluminense, divididas em seis setores: transportes, saneamento, urbanização, iluminação pública, multinégócios e construção civil.

Mauro Viegas Filho, presidente do Conselho Empresarial de Infraestrutura da FIRJAN, destaca que a concessão de serviços públicos para a iniciativa privada é fundamental para fomentar o ambiente de negócios no estado, altamente impactado pela recessão econômica.

“Com isso, contribuiremos para incrementar a economia, aumentando a empregabilidade. Por meio dessas contratações, teremos boas práticas de delegar ao setor privado serviços importantes para a população, reduzindo também um gargalo que está nos impactando, que é a necessidade de investimentos”, afirmou o presidente do Conselho. O levantamento da FIRJAN



A expansão da Linha 2 do Metrô, para ligar o bairro do Estácio à Praça XV, é um dos 126 projetos com potencial de R\$ 41 bilhões em geração de negócio para o estado

“Temos que começar as licitações agora para que daqui a um ano possamos já estar trabalhando com novos empreendimentos”

Luiz Fernando Reis
Presidente da Aeerj

analisou projetos já existentes, ainda que em fase conceitual, em segmentos como saneamento, resíduos sólidos, iluminação pública, mobilidade urbana e logística. Foram identificados 33 de competência estadual, entre os quais destacam-se a RJ-081 (Via Light), RJ-102 (Estrada Governador Paulo Torres), RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto) e RJ-140 (Rodovia da Integração). Também estão

incluídas a construção de Centros Logísticos Industriais Alfandegados, a expansão da Linha 2 do Metrô, e o serviço de abastecimento de água e esgoto.

“O estado do Rio e os municípios estão com sérias dificuldades. Se nós, empresários e governo, não nos unirmos e desenvolvermos esses projetos, passaremos um longo período sem negócios. O prazo para licitar PPPs é mais curto, então temos que começar agora para que daqui a um ano possamos já estar trabalhando com novos empreendimentos”, disse Luiz Fernando Reis, presidente da Associação das Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro (Aeerj).

NÍVEL DE ATRATIVIDADE

Para que os projetos se tornem mais atraentes, é imprescindível que o Poder Público ofereça garantias para dar mais segurança

aos investidores. Algumas das medidas defendidas pela FIRJAN é a análises dos riscos políticos, ambientais e econômicos envolvidos nos contratos.

Da mesma forma, deve haver a regulamentação dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI), aumentando a qualidade dos projetos a serem estruturados. “Também é importante que haja condições de as empresas fluminenses de menor porte participarem desses negócios. Não adianta criar uma concessão que não permita o investimento das construtoras do Rio. Temos que incentivar o mercado de infraestrutura do estado”, alertou Reis.

A estruturação de projetos que possam ser realizados de forma integrada entre os municípios, por meio de consórcios intermunicipais, também pode ser uma forma eficiente de destravar investimentos. Riley Rodrigues, gerente de Estudos de Infraestrutura da FIRJAN, destaca que essa modalidade pode ser aplicada para a construção de Centros de Diagnóstico por Imagem, por exemplo.

“Esses centros dificilmente têm demanda suficiente para gerar recursos de manutenção. Quando se faz consórcio municipal, atende-se a população da região e os valores dos exames são repassados para a entidade que está administrando o centro, que é o concessionário”, explicou.

De acordo com Rodrigues, além de fomentar o ambiente de negócios para as empresas e garantir serviços de qualidade para a população, as concessões e PPPs são mais vantajosas para os governos, que encontram-se em dificuldades financeiras.

“Um dos benefícios é pela redução da necessidade de investimento direto para manutenção dos equipamentos e serviços públicos. No caso dos municípios, pelo recebimento de outorga. Outra vantagem é na geração de economia para estados e municípios, com aumento da

arrecadação pela geração de impostos”, afirmou.

A íntegra do estudo “Oportunidades para concessões e parcerias público-privadas no estado e nos municípios do Rio de Janeiro” está disponível em www.firjan.com.br/publicacoes.

POTENCIAL PARA CONCESSÕES E PPPS NO ESTADO DO RIO, CAPITAL E MUNICÍPIOS FLUMINENSES - EM R\$ MILHÃO

RODOVIAS

14.167,8

SANEAMENTO BÁSICO

7.189,4

LOGÍSTICA

1.040,0

MOBILIDADE URBANA

707,5

RESÍDUOS SÓLIDOS

15.167,4

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

2.841,4



Elaboração: Sistema FIRJAN., com base em dados do c governo estadual do Rio de Janeiro, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e Departamento Nacional dos Transportes Terrestres (DNIT)

FALHAS NO ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA IMPACTAM PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

O preço e qualidade da energia elétrica são aspectos fundamentais para o desenvolvimento da indústria. Contudo, o atual sistema regulatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ainda deixa gargalos importantes, que oneram processos e prejudicam a competitividade das empresas.

Tatiana Lauria, especialista da Gerência de Estudos de Infraestrutura do Sistema FIRJAN, ressalta que uma das prioridades é a revisão dos indicadores que mostram especificamente as interrupções do fornecimento de energia elétrica segundo a classe de consumo ou nível de tensão. "Dessa forma será possível saber o quanto a indústria está internalizando de custos em decorrência dessas falhas", justifica.

Cezar Dias, gerente de Manutenção, Meio Ambiente e Utilidades da Nissan, acrescenta que tais interrupções estão entre as principais dificuldades da indústria relacionadas à qualidade da energia elétrica. "Nós percebemos que a regulação da Aneel impacta muito pouco as concessionárias e, por isso, não há ações robustas para a prevenção da queda do abastecimento", sinaliza. Outro ponto de destaque é a necessidade de investir na operação e manutenção da rede de fornecimento: "No estado do Rio,

enfrentamos falhas inclusive em momentos de chuvas ou raios. Esse é um problema muito básico e que precisa de solução imediata".

Uma boa saída para grande parte dos problemas relativos à qualidade da energia elétrica pode estar na revisão do modelo de incentivos da Aneel, que precisa estar bem afinado para que estimule as distribuidoras a investir em qualidade. Para Dias, as interrupções trazem grandes impactos negativos para o setor produtivo: "Não podemos passar

por grandes interrupções como houve em 2014 quando ficamos 24 horas sem fornecimento. O modelo precisa ser alterado".

Essas e outras questões foram debatidas e elencadas no estudo "Propostas para melhorar a qualidade da energia elétrica para a indústria no Brasil", realizado pela FIRJAN com base em dados da própria Aneel e da European Energy Regulators. Para ler o estudo, acesse: www.firjan.com.br/publicacoes.

TEMPO DE INTERRUÇÃO DE ENERGIA POR ANO

BRASIL

18:39 ☺

POLÔNIA

04:15 ☺

PORTUGAL

01:29 ☺

REINO UNIDO

00:55 ☺

ALEMANHA

00:16 ☺

DINAMARCA

00:11 ☺



Fonte: CEER Benchmarking Report 5.2 on the Continuity of Electricity Supply

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). **Presidente:** Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira. **1º Vice-presidente:** Carlos Mariani Bittencourt. **2º Vice-presidente:** Carlos Fernando Gross. CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do Sistema FIRJAN. Prêmio Aberje Brasil 1999-2000. Prêmio Aberje Rio 1999-2000-2001. **Gerência Geral de Comunicação e Marketing:** Juliane Oliveira e Lorena Storani. **Editada pela Insight Comunicação. Editor Geral:** Coriolano Gatto. **Editora Executiva:** Kelly Nascimento. **Redação:** Louise Rodrigues e Nathalia Curvelo. **Revisão:** Geraldo Pereira. **Fotografia:** Fabiano Veneza. **Projeto Gráfico:** DPZ. **Design e Diagramação:** Paula Barrenne. **Produtor Gráfico:** Ruy Saraiva. **Impressão:** WalPrint Gráfica e Editora.

SISTEMA FIRJAN - Avenida Graça Aranha 1 • CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro • Tel.: (21) 2563-4455 • www.firjan.com.br

FIRJAN NEGOCIA FLEXIBILIZAÇÃO DA NR 12 E GARANTE VITÓRIA PARA INDÚSTRIAS COM NOVAS REGRAS PARA FISCALIZAÇÃO

À frente das negociações para flexibilização da Norma Regulamentadora nº 12 (NR 12), o Sistema FIRJAN tem conquistado vitórias importantes para o setor industrial. Como resultado da atuação da Federação, que coordena a bancada empresarial da Comissão Nacional Tripartite Temática da NR 12 (CNTT da NR 12), o governo modificou as regras de fiscalização da norma.

A Instrução Normativa nº 129, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), beneficiará as indústrias ao permitir um prazo maior para que se adequem à NR 12. Isso porque as empresas terão até 12 meses para realizar as correções apontadas pelos auditores fiscais.

Luiz César Caetano, presidente da Representação Regional FIRJAN/ CIRJ no Leste Fluminense, destaca que a extensão do prazo para atender à fiscalização era uma das principais demandas das empresas. “A nova regra não isenta o empresário da responsabilidade de garantir a segurança do trabalho, mas permite que ele se planeje, o que antes não era possível. Essa alteração é fruto de um trabalho no qual a FIRJAN vem se empenhando há muito tempo”, disse o empresário, que também é presidente do Sindicato das Indústrias de Refinação e Moagem de Sal do Estado do Rio de Janeiro (Sindisal).

Outras vitórias relevantes foram conquistadas recentemente para simplificar a norma. Em 2016, após a primeira reunião da CNTT da NR 12 sediada pela FIRJAN, o governo concordou em publicar um item

O QUE MUDA COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 129

CRITÉRIOS PARA FISCALIZAÇÃO

AS EMPRESAS SÓ PODERÃO SER AUTUADAS APÓS DUAS FISCALIZAÇÕES, PROCEDIMENTO CONHECIDO COMO FISCALIZAÇÃO ORIENTATIVA OU CRITÉRIO DA DUPLA VISITA.

NOVOS PRAZOS

O PRAZO PARA ADEQUAÇÃO DAS IRREGULARIDADES SERÁ ESTENDIDO PARA ATÉ 12 MESES. NO PERÍODO, OS EQUIPAMENTOS JÁ FISCALIZADOS NÃO PODERÃO SER OBJETO DE AUTUAÇÃO.

PLANO DE TRABALHO

AS EMPRESAS PODEM PLEITEAR A PRORROGAÇÃO DESSE PRAZO, DESDE QUE APRESENTEM UM CRONOGRAMA E PLANO DE TRABALHO COM A JUSTIFICATIVA TÉCNICA E FINANCEIRA DO PLEITO.

GARANTIAS

AS EMPRESAS PODERÃO SOLICITAR A TROCA DO AUDITOR RESPONSÁVEL PELA VISITA À FÁBRICA. O OBJETIVO É GARANTIR A ISENÇÃO DO PROCESSO.

AUTUAÇÕES

FICA PROIBIDA A AUTUAÇÃO COLETIVA OU POR CARTA. O MECANISMO PERMITIA A AUTUAÇÃO DE EMPRESAS MESMO SEM HAVER VISITA DOS AUDITORES NAS INDÚSTRIAS.



que possibilita às empresas utilizar soluções protetivas alternativas para atender às exigências de segurança de prensas e equipamentos similares. Na ocasião, também foi criada uma seção que especifica as diferenças de dispositivos hidráulicos e pneumáticos, trazendo tratamento diferenciado para essas máquinas.

Ainda em 2016, o governo publicou uma portaria que dispensa da obrigação de atendimento à norma os equipamentos certificados pelo Inmetro. A medida beneficiou o setor de panificação ao estender

para 12 meses o prazo para que as empresas do setor adequassem batedeiras, amassadeiras e modeladoras à NR 12.

“Apresentamos várias propostas e o que foi publicado pelo governo é resultado das discussões que tivemos nas reuniões de trabalho. A Federação participou de todas as negociações em defesa da indústria. Essa foi uma grande vitória”, disse José Luiz de Barros, gerente de Segurança do Trabalho da FIRJAN. A IN nº 129 foi publicada em 12 de janeiro, no Diário Oficial da União.

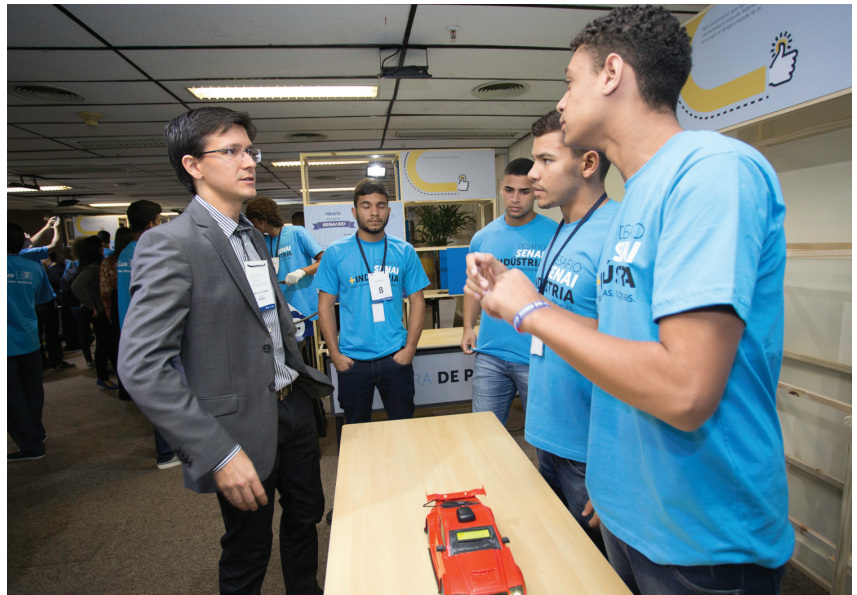
MAPA DO DESENVOLVIMENTO 2016-2025: PRIMEIRAS ENTREGAS JÁ BENEFICIAM A INDÚSTRIA

O Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025 já tem auxiliado empresários fluminenses na adoção de medidas que visam um novo ciclo de crescimento econômico. Elaborado pelo Sistema FIRJAN com participação de mais de mil empresários, o documento foi lançado em maio de 2016 e já realizou entregas importantes para a indústria.

No ano passado, a conjuntura do país trouxe inúmeros desafios para as empresas. Em 2017, o Mapa promete ser um importante parceiro na recuperação do estado do Rio, com propostas para melhorar o ambiente de negócios fluminense.

Um importante estímulo ao crescimento da indústria está no apoio à exportação, como aponta Gustavo Carmona, diretor Jurídico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Nesse sentido, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários, anunciado pelo governo federal em outubro de 2016, é um impulso às empresas interessadas em internacionalizar seus produtos.

A medida atendeu ao pleito do Mapa do Desenvolvimento para eliminação da carga tributária sobre exportação de bens e serviços. Com ela, as alíquotas previstas no decreto serão mantidas em 2% neste ano e 3% em 2018. “Desonerar esse processo irá fortalecer o comércio exterior brasileiro em um período de crise e recuperação. Para muitas empresas, essa pode ser exatamente a saída”, aponta Carmona.



Vinicius Magalhães

O empresário Henrique Drumond conhece projeto criado por alunos para o Desafio SENAI+ Indústria, uma das ações do Mapa do Desenvolvimento 2016-2025

Também em 2016, foi lançado o estudo “Impactos Socioeconômicos da Postergação de Obras nas Rodovias Federais Concedidas no Rio de Janeiro”, elaborado pela Gerência de Estudos de Infraestrutura da FIRJAN. O assunto é uma das prioridades estabelecidas pelo Mapa, que defende a importância de reduzir o tempo de transporte de cargas e custos relacionados.

“Acelerar essas obras é essencial porque permite eliminar problemas, uma vez que os custos crescem em paralelo aos dias de atraso. Isso representa, inclusive, prejuízos de arrecadação, afetando pessoas, indústria e economia”, destaca Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Federação.

O fomento à formação de uma nova indústria no estado do Rio também ganhou destaque no

Mapa e teve como sua primeira solução o lançamento do Desafio SENAI + Indústria. Claudio Tangari, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Nova Friburgo (Sindmetal), explica que o programa pré-acelera projetos inovadores de alunos do SENAI, atendendo demandas reais da indústria.

“Com essa proposta, estimulamos o empreendedorismo dentro das relações convencionais de trabalho. Esse programa permitirá o lançamento de produtos e trará um estímulo ainda maior à inovação”, defende Tangari, que também é vice presidente da FIRJAN.

Leia mais sobre o Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025 em www.firjan.com.br/mapa.